



Pagu e o romance proletário¹

Denise Adélia Vieira² (UFJF)
Teresinha V. zimbrão da Silva³ (UFJF)

Resumo: Este artigo pretende oferecer uma reflexão sobre literatura e política no Brasil dos anos 30, baseado no trabalho de Patrícia Galvão. Mostra a chegada do romance proletário e a discussão sobre a sua manifestação na literatura brasileira com a publicação de *Parque industrial*.

Palavras-chave: Patrícia Galvão; Romance proletário; Literatura e política; Crítica literária; Literatura e sociedade.

Abstract: This article intends to offer a reflection on literature and politics in Brazil in the 1930s, based on the work of Patrícia Galvão. It shows the arrival of the proletarian novel and the discussion about its manifestation in Brazilian literature with the publication of *Parque industrial*.

Keywords: Patrícia Galvão; Proletarian novel; Literature and politics; Literary criticism; Literature and society.

1. Introdução

Este artigo é parte integrante de uma pesquisa, já concluída, que tematiza o romance proletário. O presente recorte mostra a chegada do romance proletário ao Brasil e analisa a manifestação do gênero na literatura brasileira através da publicação, em 1933, de *Parque industrial*, de Patrícia Galvão, a Pagu. A pesquisa constatou que até a sua reedição, em fac-símile em 1981 e depois em 1994, o romance era uma raridade e que a sua tradução e publicação nos Estados Unidos em 1993 é parte de um movimento acadêmico de resgate do romance proletário para o qual o presente artigo pretende contribuir.

2. O romance proletário

¹ Este trabalho é parte da Dissertação de Mestrado intitulada, *A Literatura, A Foice e o Martelo*, da autoria de Denise Adélia Vieira, sob a orientação da Profa. Dra. Teresinha V. Zimbrão da Silva, defendida em 2004 no Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos Literários da UFJF.

² Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos Literários da UFJF, Professora do IF Sudeste MG, Juiz de Fora, Brasil, e-mail: denise.vieira@ifsudestemg.edu.br, CV: <http://lattes.cnpq.br/9681608837701248>.

³ Profa. Dra. da Graduação e Pós-Graduação em Letras (Mestrado e Doutorado em Estudos Literários) da UFJF, Juiz de Fora, Brasil, e-mail: teresinha.zimbrão@ufjf.edu.br, CV: <http://lattes.cnpq.br/2849773421376010>.



Deve-se ressaltar que nem toda a produção literária que versava sobre o “proletariado” recebia a classificação de romance proletário.
(Alfredo W. B. Almeida, 1979, p. 109)

Alguns países ocidentais já haviam produzido romance proletário na década de 1920, contudo, é na década de 1930 que o gênero prolifera e chega ao Brasil. São então publicados livros de procedência em geral russa, alemã e americana.

Tal como novos evangelhos, estes livros, ao serem olhados nas vitrines das livrarias ou em mãos dos outros, a muitos converteram, e os convertidos aceitaram denunciar a miséria dos proletários e a opressão da burguesia e fizeram-se comunistas.

Sabe-se que a editora Pax de São Paulo traduziu e publicou no período os seguintes romances de temática proletária: *Beco sem saída* de V. Vieressaief, *A semana* de E. Lebedinski, *Passageiros de terceira classe* de Kurt Klaber, *A derrota* de Fedaiiev, *A torrente de ferro* de Serafimovitch, *A cavalaria vermelha* de Babel. Ao mesmo tempo, a editora Cultura Brasileira traduziu e publicou *Judeus sem dinheiro* de Michael Gold.

Sob o efeito dessas influências, alguns escritores passaram a se empenhar, de fato, em produzir o romance proletário no Brasil. Elaboraram então narrativas que colocavam o trabalhador oprimido como ponto central da trama, preocupando-se em trazer para as letras brasileiras o tema pouco explorado do cotidiano do trabalho proletário, que emergia no cenário nacional como fruto da miséria urbano-industrial. Mas como chama a atenção Alfredo W. B. Almeida, nem toda produção que tematizava o proletariado poderia ser classificada de fato como romance proletário (ALMEIDA, 1979).

Notemos que em obras classificatórias, como histórias de literatura brasileira e antologias é rara a menção ao romance proletário. Mesmo romances classificados por seus autores como “proletário”, segundo é o caso de *Parque industrial*, recebem denominações diversas, tais como romance social ou romance documentário. É uma



grave lacuna, pois se está ignorando uma interessante polêmica que caracterizou a produção literária no Brasil da primeira metade da década de 1930.

Quais, dentre os romances que estavam sendo publicados, poderiam ser classificados como proletários? Nem todos que versavam sobre o proletariado continham a postura política de esquerda identificada ao novo gênero, sobretudo porque tematizavam, em vez de luta de classes, a cooperação de classes.

Numa classificação ampla, o romance proletário incluiria produções de autores não filiados ao Partido Comunista, mas simpáticos à causa proletária. Numa classificação mais restrita, se consideraria, como romance proletário, aquele cujo autor, filiado ao PC, manifestasse em seus escritos os pontos de vista do seu Partido. Aí se incluiria, então, o romance *Parque industrial* de Pagu, publicado em 1933.

Sabe-se que Patrícia Galvão, quando foi a Buenos Aires, em 1930, para participar de um festival de poesias, conheceu Luís Carlos Prestes, e voltou desse encontro de todo entusiasmada com o comunismo. Casada então com Oswald de Andrade, ela e o marido associaram-se ao Partido Comunista em 1931, no calor da orientação obreirista – ou seja, a valorização do modo de vida proletário em detrimento do intelectualismo burguês, momento em que o PCB submetia-se mais rigidamente às ordens e regras da Internacional Comunista.

Desde fins de 1929 até meados de 1934, o PCB empreendeu o programa de proletarização do Partido que desembocou no obreirismo. Seguiu-se o afastamento dos militantes intelectuais que ocupavam postos de direção, os quais passaram a ser ocupados por militantes de origem proletária. Esta política se caracterizou pela desvalorização do intelectualismo burguês, apontado então como responsável pelo imobilismo do Partido. Aqueles militantes de origem intelectual que pretendessem continuar nas fileiras do Partido deveriam experimentar o *modus vivendi* do trabalhador e exaltar as virtudes proletárias nos seus escritos. O programa testaria assim as escolhas partidárias dos intelectuais.

Ao centrar as suas propostas em torno da proletarização, o PCB pretendia uma revisão das funções assumidas pelos intelectuais dentro do Partido. O intelectual que



desejasse ingressar no PCB tinha de passar por vários testes para mostrar que poderia fazer parte do proletariado, provando assim afinidades com esta classe.

Esperava-se que, “travestido” de operário, o intelectual pudesse transmitir nos seus escritos, de modo mais “verdadeiro”, as experiências adquiridas com o mundo do trabalho. Nesta nova interpretação da realidade do trabalho no Brasil, os escritores assumiriam de fato o discurso da classe trabalhadora. Essa linguagem “nova e verdadeira” só poderia ser adquirida no contato mais próximo com o proletário. Submetendo-se ao obreirismo por exigência do PCB, o escritor militante teria, para os seus livros, a contribuição de dados, que observaria *in loco*. Discutiria, com a “força de documento”, a exploração a que o trabalhador era submetido: parcos salários, condições precárias de trabalho, carência de moradias, explorações diversas, moléstias - em suma, extrema miséria.

A direção do PCB passou a atribuir então tarefas difíceis aos novos militantes, a fim de testar-lhes a adesão. Uma dessas tarefas, no caso de Pagu e Oswald, foi a de pedir dinheiro ao ex-amigo modernista Paulo Prado, além de, seguindo ao pé da letra a política do obreirismo, o casal ter de deixar de lado qualquer situação aparentemente capitalista.

Em 1932, Pagu separou-se de Oswald, mudou-se e foi morar no Rio de Janeiro numa vila operária e trabalhar num cinema da Cinelândia como indicadora de lugares. Esta mudança fazia parte do projeto de forçar os intelectuais a experimentarem de fato a vida e o trabalho como operários.

A atividade literária, em prosa, de Patrícia Galvão iniciou-se nesse mesmo ano de 1932, quando começou a escrever *Parque industrial*. Pagu adotou o pseudônimo de Mara Lobo por exigência do Partido Comunista. Em 1931, tinha se instalado no bairro operário do Brás em São Paulo e acompanhado de perto o cotidiano dos trabalhadores, envolvido por nebulosa exploração. Resignara-se desde então a abandonar a vida burguesa para ver de perto muita miséria nos subúrbios e nas fábricas. Obedecendo ao obreirismo do partido a que se filiara, misturara-se com pessoas discriminadas pela falta



de instrução, ouvira gritos, pragas, palavrões, e veio a registrar tudo em *Parque industrial*.

3. A publicação de *Parque industrial* em 1933

Ela o terminou em 1932, publicou em 1933. Com um pseudônimo, por causa do Partido. Um escândalo! Como alguém poderia dizer tantas verdades por linha, denunciando a vida dos humilhados e ofendidos da sociedade paulistana? Como alguém poderia mostrar a desigualdade inata das classes no sistema capitalista? Como alguém poderia ousar tanto, numa sociedade moralmente hipócrita, mostrando que havia perversões e corrupção, não se furtando a cenas sexualmente explícitas? A propósito isso deve ter desagradado também os comunistas, em estado de policiamento moralizante. Como alguém se atrevia a estampar a linguagem das ruas? Finalmente, como alguém poderia querer exaltar daquela forma a condição feminina?
(Geraldo Galvão Ferraz, Apresentação PI, 1981)

Parque industrial surge em edição limitada e quase clandestina em 1933 com o subtítulo: romance proletário. A intenção de filiação ao gênero é explícita. Murilo Mendes em texto desse mesmo ano comenta a pretensão da autora, com prejuízo para Pagu:

Naturalmente o escritor que não encontrar motivos de inspiração na vida já em decomposição, da sociedade burguesa, terá que observar a vida dos proletários, e, se quiser ser um escritor revolucionário, terá que se integrar no espírito proletário, do contrário fará simples reportagem. O caso recente de Pagu é típico. “Romance proletário”, anuncia a autora no frontispício do *Parque Industrial*. Houve engano. É uma reportagem impressionista, pequeno-burguesa, feita por uma pessoa que está com vontade de dar o salto mas não deu. Assiste-se à entrada de fábrica, à saída de fábrica, a encontros do filho do grande capitalista com a filha do operário, etc. Parece que para a autora o fim da revolução é resolver a questão sexual. (...) Sobre o *Parque Industrial* prôpriamente pouca coisa se fica sabendo. (MENDES, 1961, p.72)

A questão sexual, tal como tratada no livro, representou, de fato, um escândalo para os padrões morais da época. Não se furtando a sugestivas cenas de sexo, Pagu mostrou o quanto havia de exploração sexual na relação entre classe opressora e oprimida.



Mas nem todos os críticos concordaram com a opinião depreciativa de Murilo Mendes. João Ribeiro, também em texto de 1933, ressalta o caráter revolucionário do romance:

O romance de Mara Lobo é um panfleto admirável de observações e de probabilidades. [...] É um livro de grande modernidade pelo assunto e pela filosofia, que podemos depreender dos seus veementes conceitos. Trata-se da vida proletária, que vive ou vegeta sob a pressão das classes dominadoras. É, pois, um libelo, sob a forma de romance, que é sempre mais adaptável à leitura e à compreensão popular. (RIBEIRO apud CAMPOS, 1982, p. 282)

Também Ari Pavão em 1933 demonstra uma opinião favorável ao romance. Para o crítico, longe de ser somente reportagem, *Parque industrial* seria:

Romance veloz, cores fortes, personalidade. Mesmo para os que, como eu, não estejam integrados na corrente de idéias que o inspirou, 'Parque Industrial' de Pagu, é um livro que se lê com prazer. [...] como todo livro que tem idéias - interessa porque retrata com uma simplicidade notável os aspectos mais desoladores dessa luta tremenda que as desigualdades humanas criaram nas diferentes camadas sociais. (PAVÃO apud CAMPOS, 1982, p. 102)

O livro de Pagu seria considerado por Augusto de Campos, anos depois, como uma pérola modernista que contribuiu para a construção do romance social de 1930 (CAMPOS, 1982). Certamente, a jovem escritora abriu veredas até então não exploradas, manifestando sua sensibilidade aos problemas vividos pelos proletários, principalmente as mulheres, nas ruas, nas fábricas e em suas próprias casas. Pagu consegue, pela perspectiva militante que norteia o seu romance, despertar a conscientização política e estimular o engajamento dos que a lêem nos anos de 1930.

4. A questão do narrador

O romance começa, pois, a não ser mais romance para classe. É ainda de classe, porque os seus autores não podem se desprender da sua, burguesa. Mas porfiem em atenuar esta circunstância (...). A seleção dos temas e a intenção que animava a sua escolha falam bem claramente deste espírito. Uns escritores se colocavam



do ponto de vista do burguês decadente para chegar ao povo. Outros procediam à análise impiedosa da própria classe (...)
(Antonio Candido, 1961, p. 170)

O autor de romance proletário pretende negar sua classe social de origem e se apropriar da identidade e do discurso da classe proletária. Não é suficiente para ele falar do proletariado oprimido e explorado, assumindo o ponto de vista distanciado de um burguês, demonstrando somente compaixão e solidariedade diante do sofrimento do trabalhador. Inconcebível para este autor colocar-se do lado oposto, do lado da classe opressora. Isto, sim, é que seria uma grande traição, uma mentira muito maior do que a que resultaria de um discurso apropriado ao proletariado e vindo de sua própria voz.

Mas, literariamente, até onde esta apropriação de perspectiva seria viável? Não nos propomos aqui a aprofundar a complexa discussão da viabilidade ou não desta apropriação. Pretendemos, sim, fazer uma reflexão sobre a solução encontrada por Pagu para a questão do narrador em seu romance.

Em *Parque industrial*, Pagu adota um narrador em terceira pessoa que pretende falar pelo proletariado urbano constituído como classe. Importa notar um detalhe muito importante que a diferencia de outros autores da época: Pagu fala, sobretudo, pela mulher trabalhadora. Suas principais personagens são operárias do Parque Industrial da cidade de São Paulo no início da década de 1930.

Pagu não constrói uma identidade proletária explícita para o seu narrador. É a adesão radical à causa proletária e a análise impiedosa da classe burguesa que denuncia a sua identidade militante. Ela pretende justificar a veracidade do seu relato sobre a vida proletária feminina pelo fato de ter vivido e trabalhado como operária. Seguindo a cartilha do Partido, aderiu ao obreirismo e à política de proletarização e assim coletou material *in loco* para o seu romance. Contudo, quase caiu na utopia, já que, então, o proletariado brasileiro era ainda uma classe incipiente e desorganizada. Mas o romance de Pagu termina por não ser edificante. Veremos que seu final é mais trágico que utópico.

5. *Parque industrial*⁴

Parque industrial conta a história do proletariado urbano representado no romance por operários do bairro paulista do Brás. Já nas primeiras linhas do romance, a temática urbana é anunciada: “São Paulo é o maior parque industrial da América do Sul” (*PI*, p. 17).

Há no texto de Patrícia Galvão uma sintonia explícita com a ideologia do PCB, a começar pelo vocabulário comunista: companheiro, luta de classes, mais-valia, camaradas, proletariado, burguesia. Os próprios nomes dos personagens são sugestivos como, por exemplo, Carlos Marx e Frederico Engels; e também os títulos dos capítulos: Em que se fala de Rosa de Luxemburgo, Proletarização, Onde se gasta a mais-valia, Em um setor da luta de classes. A menção ao Partido Comunista é explícita:

Mas, felizmente, existe um partido, o partido dos trabalhadores que é quem dirige a luta para fazer a revolução social. Os tenentes?

__Não! Os tenentes são fascistas.

__Então o quê?

__O Partido Comunista... (*PI*, p. 21).

Também é explícita a referência a Luís Carlos Prestes: “- Esta merda nunca foi revolução! Enquanto não vier Luiz Carlos Prestes...” (*PI*, p. 87).

O livro se organiza como um panfleto político do PCB. No capítulo, Em um setor da luta de classes, Pagu faz referência à rotina dos sindicatos: “Sessão de um sindicato regional. Mulheres, homens, operários de todas as idades. Todas as cores. Todas as mentalidades. Conscientes. Inconscientes. Vendidos” (*PI*, p. 29).

Filmes que veiculam a propaganda do Partido são citados. Gorki é admirado por trabalhadores em uma fita de cinema:

Entram no cinema para ver um filme russo tirado de Gorki. (...)

⁴ A partir daqui, faremos referência à obra *Parque industrial*, de Patrícia Galvão, publicada pela editora EDUFSCAR, de São Paulo, em 1994, utilizando a sigla *PI*, sempre por esta edição.



Um grupo de garotas sai lastimando alto os dez tostões numa fita sem amor. As inconscientes que o proletariado carrega. Aturdidas pelo reflexo do regime burguês, pelo deslumbramento de toilettes que não podem ter mas desejam. Dos automóveis de todas as cores, das raquetes e das praias. Alimentadas pelo ópio imperialista das fitas americanas. Escravas à ilusão capitalista.

Mas na fila da frente, dois moços trabalhadores se entusiasmam, se absorvem no drama proletário que passa (PI, p. 93).

Parque industrial descreve o interior da fábrica e a exploração do operariado brasileiro, concentrando-se em um determinado grupo: a mulher operária. Adota, portanto, uma perspectiva não só comunista como também feminista. O romance é ilustrador dos sofrimentos vividos pelas mulheres operárias, vítimas do assédio sexual pelos patrões burgueses. Pagu, no seu romance, trouxe à luz a exploração sexual feminina vista sob duas perspectivas: dentro da fábrica e fora dela. A operária Matilde escreve à Otávia, sua amiga: “tenho que te dar uma noticiuzinha má. [...] Acabam de me despedir, sem uma explicação nem motivo. Porque me recusei a ir ao quarto do chefe” (PI, p. 91).

Corina é outra operária que, despedida por estar grávida, entregou-se à vida promíscua e vazia das ruas. Na maternidade, ou melhor, nas “Casas de Parir” (pois a palavra maternidade era empregada somente para designar o local onde as burguesas ricas ganhavam seus filhos) dá à luz uma criança deformada e sem esperança de vida.

Em *Parque industrial* o sofrimento das mulheres também passa pela falta de tempo em criar seus filhos. Necessitavam trabalhar para sua prole não morrer à mingua:

__Gente pobre não pode nem ser mãe. Me fizeram este filho num sei como! Tenho que dar ele para alguém, pro coitado não morrer de fome. Se eu ficar tratando dele, como é que arranjo emprego? Tenho que largar dele pra tomar conta dos filhos dos outros! Vou nanar os filhos dos ricos e o meu fica ali num sei como.

Ninguém diz nada. Estão quase todas nas mesmas condições (PI, p. 72).

Operárias militantes, como Otávia e Rosinha Lituana, procuram promover a consciência de classe nas mulheres dos operários, de modo que estas, mesmo



apavoradas pela repressão policial, não tentem impedir a participação dos maridos nas reuniões sindicais.

Ao dar voz às operárias que reagem contra os abusos praticados pelos patrões burgueses, Pagu demonstra um posicionamento questionador dos valores internalizados, sobretudo, pelas mulheres submissas que lhe eram contemporâneas. Valores que só mais tarde começarão a ser superados e substituídos. Diferentemente de outros romances da época, onde a mulher comparece somente como companheira de cama, em *Parque industrial* a mulher também comparece como companheira de lutas, consciente da sua classe. O discurso de Rosinha Lituana aos operários ilustra bem isto:

—Camaradas! Não podemos ficar quietas no meio desta luta! Devemos estar ao lado dos nossos companheiros na rua, como estamos quando trabalhamos na fábrica. Temos que lutar juntos contra a burguesia que tira a nossa saúde e nos transforma em trapos humanos! Tiram do nosso seio a última gota de leite que pertence a nossos filhinhos para viver no champanhe e no parasitismo! (*PI*, p. 77).

A proletarização do intelectual é registrada por Pagu através de Alfredo. Na sua descrição, esboça-se um perfil da burguesia militante e de suas contradições. O personagem é mostrado como um burguês hesitante que se inclina em direção à transformação socialista enquanto lê Marx no conforto do Hotel Esplanada. Após o término do casamento com Eleonora, ele abdica da burguesia: “Abomino esta gente. Estes parasitas... E sou um deles.” (*PI*, p. 70). Sua riqueza o incomoda e tenta ajustar-se à classe operária através do seu recém-descoberto marxismo: “Alfredo procura gostar da comida pobre e mal feita. Sente-se feliz. Não acha mais abominável, como antes, o Brasil. Não deseja mais afundar sua neurastenia individualista em nenhum pitoresco. Sem saudades dos hotéis do Cairo nem dos vinhos de França” (*PI*, p. 88).

Alfredo inicia um romance com Otávia, mas é acusado de trotskismo. A consciência de classe faz com que Otávia concorde com a expulsão de Alfredo Rocha tanto do partido, quanto da sua vida. Semelhantemente a outros romances proletários da época, Pagu sugere que o amor deve ser sacrificado se significar uma traição de classe.



Parque industrial procura promover a consciência de classe entre os trabalhadores, explicitando a burguesia como o inimigo contra o qual lutar. Como militante do PCB, Pagu acredita na “importação” do comunismo para o contexto brasileiro. A luta de classes seria a mesma em qualquer lugar dos quatro cantos do planeta: “a burguesia é a mesma em toda parte. Em toda parte, manda a polícia matar os operários” (*PI*, p. 89).

Parque industrial sugere que a conscientização do proletariado é promovida, sobretudo, pela própria opressão que este sofre. A narração inclusive procura manter viva a crença de que a revolução proletária está sendo organizada dentro da própria fábrica, como reivindicação à exploração sofrida: “O proletariado marxista, através de todos os perigos, achou o seu caminho e nele se fortifica para o assalto final” (*PI*, p. 92).

Mas o proletariado brasileiro na década de 1930 não tinha ainda se organizado em termos de construção de uma consciência de classe. Muito menos estava fortalecido para o assalto final. Veja-se o malogro da Intentona Comunista de 1935. Neste sentido, Pagu distancia-se da realidade e aproxima-se da utopia.

Ou quase utopia, pois ainda que os dezesseis capítulos de *Parque Industrial* sejam organizados como experiências que levam em direção à conscientização, narrando os diversos sofrimentos da classe operária - conscientização que culmina em uma manifestação pública de descontentamento no Largo da Concórdia - o fato é que o final é mais trágico que utópico: apesar do sugestivo nome “concórdia”, é lá que os operários são ironicamente assassinados pelas forças da ordem burguesa. A parte proletária organizada não consegue conscientizar a parte proletária desorganizada que luta ao lado dos burgueses. O apelo do proletário, “Soldados! Não atirem sobre os seus irmãos! Voltem as armas contra os oficiais...”, não é atendido. Então, os soldados “irmãos” detonam as armas, e a carnificina é geral (*PI*, p. 99).

O romance de Patrícia Galvão termina com um tom pessimista. Pagu não constrói um destino positivo para os seus personagens proletários ao longo das páginas de *Parque industrial*. Se outros romances da época, que tematizam o proletariado, são explicitamente otimistas e edificantes, o de Pagu não é.

6. O resgate do romance proletário

For many years treated as at best an arcane curiosity, literary proletarianism is now being drawn back into the mainstream of literary study.
(Barbara Foley, 1995)⁵

Em 1993, *Parque industrial* foi traduzido e publicado nos Estados Unidos, em 1994 foi reeditado no Brasil. A trajetória do romance parece corresponder ao interesse atual da academia em estudar produções até então à margem do cânone. Desde então, *Parque industrial* tem inspirado, tanto lá como cá, interessantes trabalhos acadêmicos.

Na verdade, pode-se dizer que os norte-americanos estão redescobrimo o gênero romance proletário. A Universidade de Illinois, por exemplo, vem reeditando diversos títulos de romances proletários da década de 1930, com introduções críticas de estudiosos contemporâneos. *Parque industrial* foi traduzido e publicado seguindo esta tendência. Lá, registra-se também a crescente publicação de trabalhos acadêmicos e defesas de teses sobre o gênero, que, está sendo, de fato, resgatado.

No Brasil, também foram reeditados pelo menos dois outros romances considerados proletários: em 1996, *Navios iluminados* (1937), de Ranulpho Prata, e, em 2003, *Os corumbas* (1933), de Amando Fontes.

Esperamos que o nosso trabalho possa contribuir para despertar o interesse da crítica no Brasil pela análise do gênero que, certamente, constitui um campo de estudos fértil, ainda a espera de estudiosos para ser propriamente cultivado, pois, certamente, há muito ainda a ser dito a respeito do romance proletário. Percebemos que este, ao trazer a exaltação do operário, mesmo que brevemente, para uma discussão dentro das Letras, constituiu um aspecto importante, muito pouco estudado, da conscientização política do

⁵ Por muitos anos tratada, na melhor das hipóteses, como uma curiosidade arcana, a literatura proletária está agora retornando para o centro dos estudos literários (Tradução nossa).



intelectual brasileiro na década de 1930. O resgate, hoje, do romance proletário, tanto por esta ou outras razões - tal como o interesse atual da academia em estudar produções à margem do cânone - revela-se, portanto, justificável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. *Jorge Amado: Política e Literatura*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

CAMPOS, Augusto de. *Pagu: Vida e Obra*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

CANDIDO, Antonio. Poesia, Documento e História. In: MARTINS EDITORA (Org.). *Jorge Amado: 30 anos de Literatura*. São Paulo: Martins, 1961, p. 168-179.

FOLEY, Bárbara. Proletarianism Revised. Disponível em: <<http://www.theminnesotareview.org/ms43/foley.htm>>. Acesso: 16 out. 2004.

GALVÃO, Patrícia. *Parque industrial*, um romance proletário. São Paulo: Ed. financiada por Oswald de Andrade, 1933. [2nd ed. facsimilar, exceto a capa. Apresentação de G. Galvão, São Paulo: Alternativa, 1981].

GALVÃO, Patrícia. *Parque Industrial*. 3^a ed. Porto Alegre: Mercado Aberto; São Carlos, SP: EDUFSCAR, 1994.

MENDES, Murilo. Cacau. In: MARTINS EDITORA (Org.). *Jorge Amado: 30 anos de Literatura*. São Paulo: Martins, 1961. p. 71-72.